

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.375 SERGIPE

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
REQTE.(S) : **ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS -**
AMB
ADV.(A/S) : **ALBERTO PAVIE RIBEIRO**
INTDO.(A/S) : **GOVERNADOR DO ESTADO DO SERGIPE**
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**
INTDO.(A/S) : **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE**
SERGIPE
ADV.(A/S) : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS**

Petição/STF nº 46.006/2015

DECISÃO

PROCESSO OBJETIVO -
INTERVENÇÃO DE TERCEIRO -
ADMISSIBILIDADE.

1. O assessor Dr. Marcelo Novelino Camargo prestou as seguintes informações:

O Banco Central do Brasil postula a admissão, na qualidade de terceiro, no processo em referência, no qual se pretende a declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 264, de 26 de agosto de 2015, do Estado de Sergipe, que dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais e extrajudiciais.

Aponta a própria representatividade, por se tratar de autarquia reguladora e supervisora do Sistema Financeiro Nacional, incumbida de manter a estabilidade macroeconômica e a solidez das instituições financeiras.

2. A matéria de fundo da ação direta de inconstitucionalidade versa questão atinente ao Sistema Financeiro Nacional, diretamente relacionada às funções institucionais do postulante. Considerada a relevância do tema e a adequada representatividade do Banco Central do Brasil, surge a conveniência de ouvi-lo.

3. Admito-o no processo, vindo a recebê-lo no estágio em que se encontra.

4. Publiquem.

Brasília, 7 de outubro de 2015.

Ministro MARCO AURÉLIO
Relator